



## “VOU CONTAR PARA MEUS FILHOS”: MEMÓRIAS COLETIVAS E RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE MULHERES MILITANTES

Tatianne Ellen Cavalcante Silva

*Mestranda em história pela Universidade Federal da Paraíba*

*E-mail: tatianneecs@gmail.com*

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo problematizar a construção de memórias e experiências de mulheres que entre 1969 e 1979 foram presas políticas na Colônia Penal do Bom Pastor, na cidade de Recife-PE, Brasil. A partir do documentário “Vou contar para meus filhos” da cineasta Tuca Siqueira (2011), tal produção documental conta com os relatos de experiências de vinte e uma (21) mulheres que foram presas políticas, por serem consideradas “subversivas” ou “terroristas” durante o regime de ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). O documentário será analisado como um captador dos relatos memórias e por suas possibilidades de produção enquanto um acontecimento discursivo, uma emergência de seu tempo. Para tanto, duas categorias são focos desta discussão: a memória e a experiência.

**Palavras-chave:** Mulheres, Memória, Experiências.

### INTRODUÇÃO

A Colônia Penal do Bom Pastor localiza-se na cidade do Recife, é assim nomeada no ano de 1943 quando a Ordem Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, assume a responsabilidade pela educação e disciplinarização de presas que fossem levadas à Colônia, sendo em 1969 o primeiro registro de presas políticas na instituição. Tal instituição difere das demais utilizadas para repressão e tortura, no período de ditadura civil-militar no Brasil, por funcionar em caráter de “recuperação social” destes sujeitos a fim de reinseri-los na sociedade.

Entre os anos de 1969 e 1979, vinte e quatro (24) presas políticas passaram pela instituição. E destas, trabalho com a história de vida de vinte e uma (21)<sup>1</sup>. O recorte feito para pesquisa se deu a partir do documentário “Vou contar para meus filhos” de Tuca Siqueira<sup>2</sup>, produzido dentro

<sup>1</sup> Nome das militantes políticas que constam do documentário: Ana M<sup>a</sup> Fonseca; Cleusa M<sup>a</sup> Aguiar; Dulce Chaves Pandolfi; Eridan Magalhães; Erlia Rodrigues; Gilseone Consenza; Helena Serrazul; Lilia Gondim; Lylia da Silva Guedes; M<sup>a</sup> Aparecida dos Santos; M<sup>a</sup> do Socorro Diógenes; M<sup>a</sup> do Carmo Tomaz; M<sup>a</sup> Quintela de Almeida; M<sup>a</sup> Teresa Vilaça; M<sup>a</sup> Yvone Ribeiro; Nancy Mangabeira Unger; Rosa M<sup>a</sup> dos Santos; Sonia Beltrão; Vera Stringuini; Vera Rocha Dauster; Yara Falcon. As três outras mulheres que foram presas na mesma Colônia Penal, mas não estão dando seus testemunhos no documentário, por serem já falecidas à época da produção do documentário.

<sup>2</sup> VOU CONTAR PARA MEUS FILHOS. (Brasil, 2011) Direção: Tuca Siqueira. Produção: Hamilton Filho, [www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)



do projeto Marcas da Memória, onde se encontra com o depoimento de 21 ex-presas políticas do Bom Pastor-PE. O presente artigo busca analisar a produção deste documentário e tecer algumas considerações a respeito da memória e a construção de memória coletiva e individual, expressas nas narrativas destas mulheres. Qual o intuito de se construir e/ou se captar as memórias destas mulheres acerca deste período em uma produção cinematográfica?

Temos como objetivo do trabalho problematizar a construção de memórias e experiências de mulheres que entre 1969 e 1979 foram presas políticas na Colônia Penal do Bom Pastor, na cidade de Recife-PE. Para tanto, analisaremos a construção da memória coletiva. Discutiremos os relatos de experiências de algumas destas mulheres e a emergência deste documentário e a criação do projeto “Marcas da memória”.

As narrativas orais de memórias contidas no documentário serão analisadas sem perder de vista as intenções da produção documental enquanto uma produção cinematográfica, que é composta por um roteiro previamente escrito e que enquadra as entrevistas realizadas dentro daquilo que se quer contar, selecionando

estes relatos de memória em dois momentos: Inicialmente a partir das perguntas elaboradas para a entrevista e posteriormente nos recortes técnicos para a produção sequencial do documentário. Os testemunhos que serão tomados como fonte, encontram-se no “menu” da produção, no tópico dos “extras”.

No primeiro tópico do trabalho, buscamos analisar as possibilidades de produção do documentário. Para tanto, é necessário uma breve análise do projeto “Marcas da Memória” que se configura enquanto financiador do documentário em questão. Analisamos tal produção cinematográfica, buscando entender como esta se configura como um captador dos relatos de memória, as dificuldades imbuídas pela transmissão da memória e a constante tensão entre o lembrar e o esquecer.

No segundo tópico, a análise tem como foco a construção da memória, da memória coletiva, a discussão do conceito de experiência e como esses relatos de experiência aparecem nos testemunhos dados para o documentário, ligando essas questões as trajetórias de vida destas mulheres.

**Uma outra memória sobre os anos de ditadura civil-militar brasileira**



“Vou contar para meus filhos” é um documentário pernambucano, produzido pela cineasta Tuca Siqueira no ano de 2011. Tem como principal objetivo configurar-se enquanto um captador de relatos de memórias de mulheres que militaram contra a ditadura civil-militar brasileira. O título do documentário já nos leva a entender o objetivo do mesmo, a intenção de continuidade da memória, a transmissão da memória. Os filhos são desta forma uma metáfora à juventude, às gerações futuras, aos que não viveram o período ditatorial. Quem assiste ao documentário é então esse novo “guardião” da memória, estabelecendo com esta o compromisso de perpassá-la, de não deixá-la ser encoberta pela poeira do tempo, para que estas vivências, experiências, não sejam esquecidas. E períodos como este, de silêncio, tortura, violência, perca dos direitos civis, não voltem a acontecer.

Porém uma das principais dificuldades desse processo de transmissão da memória, como nos traz Weinrich (2001, p.257), é encontrar entre os mais jovens, quem esteja disposto a ouvir esses testemunhos, “[...] os jovens que ainda têm a vida pela frente e por isso são por natureza pouco inclinados a olhar o passado, talvez não queiram saber nada daquele desmesurado sofrimento?”. Como então lutar contra o esquecimento?

Como eliminar o perigo de que esses acontecimentos se repitam se não se tem testemunhos do horror e da violência cometida?

O documentário narra o reencontro das vinte e uma (21) mulheres, que foram presas na Colônia Penal do Bom Pastor-PE durante a ditadura civil-militar, e que retornam a cidade do Recife no ano de 2011 para testemunharem suas vivências de militância e prisão, compondo assim a produção documental. A gravação começa no aeroporto onde todas se reencontram. Diversos motivos levaram a maioria destas mulheres a procurarem outros estados para refazerem suas vidas, elenco aqui algumas motivações que puderam ser percebidas a partir de seus relatos: Algumas voltaram aos seus estados natais, para ficarem junto às famílias, outras após saírem da prisão foram morar em outros estados e (re)construíram suas vidas nesses outros espaços, onde as lembranças dos dias sombrios fossem menos confrontadas pelas ligações com o espaço diariamente e algumas que foram para o exílio, na Europa e na América Latina e só voltaram ao Brasil muito tempo depois, inclusive formado família fora do Brasil. No aeroporto dois períodos se cruzam, são agora mulheres com mais de cinquenta anos de idade, em sua maioria com filhos e casadas, se reencontrando de



forma mais impactante com suas histórias, vivências, memórias, de adolescente. Um reencontro com pessoas que marcaram um período intenso de suas vidas e que não se viam, em sua maioria, a mais de trinta anos.

No segundo momento foi na praia. A visão do mar, as ondas quebrando pertinho da areia, a branca espuma se espalhando enquanto as sombras das mulheres eram filmadas, refletidas na areia da praia, no dia de céu azul sem nuvens contrastando com o escuro azul do mar. Posteriormente a cena de todas elas sentadas na areia da praia, olhando para o mar, o que nos espectadores vemos são as costas dessas mulheres e a imensidão do mar que elas contemplam, entre abraços e sorrisos de umas com as outras. Essa segunda passagem pela praia é curta, mas será ampliada num quarto momento, finalizando o documentário, como veremos posteriormente.

Em um terceiro momento a gravação do documentário se dá na Colônia Penal do Bom Pastor, mesclando imagens em movimento, onde elas andam pela Colônia e relatos de suas vivências neste espaço. Entre apontares de dedos, indicando os lugares em que estas ocupavam na Colônia, reconhecendo a Capela, as celas, o jardim. Abrindo as janelas, muitas vezes referenciadas por elas como uma imagem forte em suas memórias, pois

na época tinham grades decoradas, diferente das outras prisões. Lembrando a disposição das camas, da mesa e do fogão que tinha dentro de uma grande quadrado que lhes servia como cela. Falam do seu cotidiano, das freiras e padres com quem tinham contato na Colônia. Relembrem das presas comuns, das árvores frutíferas que se espalhavam pela Colônia Penal que muito se assemelha a uma chácara.

E mais uma vez resistem ao esquecimento formando uma ciranda de roda e segurando com seus dois dedos uma linha de lã vermelha, formavam uma teia e entoavam o nome de uma/um de suas/seus companheiras/companheiros que não sobreviveram à ditadura, enquanto de fundo uma destas mulheres cantava “Mes hommes à moi”.

E finaliza voltando para a praia, caminham abraçadas molhando os pés nas águas salgadas, conversam, sorriem, brincam e lembram os anos de juventude quando pela primeira vez se encontraram e formam uma ciranda se pondo a dançar, com lágrimas nos olhos e cantando “O bêbado e a equilibrista” lembrando que “choram Marias e Clarices no solo do Brasil” tomado pelo autoritarismo e a repressão.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> O bêbado e a equilibrista, composição de João Bosco e Aldir Blanc. Lançada em 1979, no LP “linha de passe” interpretado por Elis Regina.



O documentário está inserido no projeto “Marcas da Memória” que tem como objetivo trazer uma “reparação” individual, para os sujeitos que sofreram as marcas da repressão, entre os anos de 1964-1985, promovendo assim um aprendizado coletivo a partir de produções, que se dividem em quatro eixos: Audiências públicas, História oral, Chamadas públicas de fomento à iniciativa da sociedade civil e Publicações. Desta forma a produção documental se insere também na ordem do discurso do projeto que o fomenta, sendo contemplado pelo terceiro tópico - Chamadas públicas de fomento à iniciativa da sociedade civil.<sup>4</sup>

As marcas da memória ganham papel em nossa sociedade em oposição ao esquecimento. Ou como no poema de Elie Wiesel, “Não esquecerei jamais [...]”<sup>5</sup> é o compromisso que se estabelece. Depois de sobreviver a noites prolongadas, a escuridão das celas, as pancadas desmedidas, a captura do direito de ir e vir. Onde o imperativo se dava em torno do silenciamento e onde se tentava exterminar a vida, a experiência. O que resta é o

<sup>4</sup> Informações contidas no site da Comissão da Verdade: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Marcas da Memória: Um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto\\_Marcas\\_da\\_Memria\\_-\\_TEXTO.pdf](http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto_Marcas_da_Memria_-_TEXTO.pdf). Acesso: 02/02/2014.

<sup>5</sup>WEIRINCH, Harald. Lete: Arte e Crítica do Esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

compromisso com os que não sobreviveram e consigo mesmo de não deixar que isso volte a acontecer, para tanto transmitir a memória é fundamental.

Como expressa a fala de Eridan Magalhães, em depoimento para o documentário, “[...] então o jovem que hoje me escuta, vai compreender porque nós lutávamos [...]”. Esse trecho da fala de Eridan nos traz a dimensão do por que dela aceitar participar do documentário. Para contar aos jovens essa história por ela vivenciada, que vai de encontro à memória nacional construída sobre o período, histórias que apenas agora, a partir destes testemunhos, começam a ser conhecidas pela população brasileira. Histórias que ainda não estão nos livros didáticos e que dificilmente chegam às salas de aula.

Nos documentos escritos, prontuários individuais, jornais, manifestos, entre outros, as vivências destas pessoas não estão contidas. Os laços, as amizades, as afetividades, bem como os relatos de tortura, de violência, não estão contidos na história tradicional, nem na memória oficial sobre a época. Estas questões nos chegam a conhecimento a partir dos testemunhos destas mulheres que vivenciaram o período, experimentaram lutar contra o sistema ditatorial, se dedicaram a uma causa que



acreditavam.

Ao problematizarmos os relatos orais contidos no documentário em questão não podemos deixar passar o processo epistemológico do testemunho, como caracteriza Ricoeur (2007), em três momentos: Memória declarada, arquivo e documentos e prova documental. Os testemunhos contidos no documentário podem assim ser entendidos, haja vista, que estes foram coletados também para servir de arquivo para a Comissão da Nacional da Verdade, órgão que financiou o projeto. E como afirma Ricoeur (2007) torna-se arquivo a partir do momento que ingressa na operação historiográfica. Desta forma o arquivo é o lugar físico que irá abrigar esse “rastros documental”, porém não apenas o lugar físico, mas também o lugar social.

Esse lugar social perpassa pelas questões políticas de produção e arquivamento das entrevistas concedidas para a produção do documentário. Como discute Araújo e Santos (2007, p.99) “No que diz respeito à formação e preservação de arquivos relacionados a períodos de dominação e violência, em que direitos humanos são desrespeitados, há sempre uma luta política importante sendo travada a cada momento.” De maneira a analisarmos outra nuance da construção da memória, as relações de poder,

principalmente quando se trata de contextos históricos, como este que aqui tratamos, onde o autoritarismo, a violência e o silenciamento, são imperativos.

O que se deve lembrar, quando falamos em memória coletiva, dentro de uma história oficial, de uma memória nacional sobre determinados períodos, está intimamente relacionada às configurações do poder, relacionando quem escolhe o que será lembrado, dito, testemunhado. Levando-nos assim a pensar a própria criação da Comissão da Verdade e o projeto Marcas da Memória, que surge dentro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça criado no ano de 2001 e que “[...] passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002.”<sup>6</sup>

O projeto Marcas da Memória começa seus trabalhos de coletas de depoimentos, audiências públicas, seleção de fomento para produções culturais que tenham como tema a memória do período ditatorial, nos anos de 2008, tendo grande produção entre 2008 e 2011. Ao observarmos o panorama político do país, percebemos que as possibilidades de dar visibilidade a esses relatos de memória até então silenciados, se deve a figuras políticas

---

<sup>6</sup> Texto do projeto Marcas da Memória: [http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto\\_Marcas\\_da\\_Memria\\_-\\_TEXTO.pdf](http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto_Marcas_da_Memria_-_TEXTO.pdf) acesso em: 29 de julho de 2015. [www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)



que passaram a exercer cargos nos ministérios, senado, câmara de deputados e presidência.

Apenas a partir deste momento é possível se mostrar outros discursos sobre o período de 1964-1985. Até então a história que conhecíamos traziam apenas os discursos dos militares, o que dificultava as pesquisas historiográficas sobre o tema, também pela escassez de fontes e impossibilidade de acesso aos documentos oficiais. Os projetos elencados acima são então de grande valor para pesquisadores e para a sociedade civil como um todo, pois possibilitam pesquisas, outras versões sobre a história deste período. E retira do silêncio, as experiências de pessoas que vivenciaram os anos de ditadura no Brasil.

### **Viver, reviver, contar e recontar: a construção da memória coletiva**

Buscamos pensar a construção da memória coletiva. As implicações entre o viver e o narrar e, sobretudo a narrativa de memória como um ato de resistência, de devir com o mundo, percebendo assim no ato de dar o testemunho sobre as memórias traumáticas uma nova experiência sobre estas, que envolve a dor e o ressentimento, mas também memórias dotadas de “potências aumentativas”, como afirma Deleuze (*apud* Rosa, 2013)

aquelas que nos trazem alegrias.

Dialogamos com Jeanne Marie Gagnebin (2013) quando esta afirma que as relações que estabelecemos com o passado pela memória está ligada ao nosso presente.<sup>7</sup> A memória narrada é então essa relação entre o passado vivido e as experiências do presente. O que nos leva a pensar o reencontro dessas mulheres para a produção do documentário. E suas falas perpassadas por esses sentimentos, ajudando assim na seleção do que lembrar. Pois como afirma Meihy (2005, p. 61), às narrativas de memória são integradas de três pontos que devem ser levadas em consideração “O que foi lembrado, como foi narrado, em que circunstância foi evocado, o fato.” Reafirmando a ideia da memória em constante fluxo, reconstruída pelas experiências do presente.

No caso destas mulheres, desde a superação das violências sofridas, até as novas configurações políticas vivenciadas pelo país no momento em que deram seus testemunhos. O momento do testemunho é também um momento de reconfiguração das imagens do passado, onde ele é (re)pensado, (re)constituído, (re)analisado por elas. Pois estas estão afetadas emocionalmente pelo

<sup>7</sup>Gagnebin. Jeanne Marie. Entrevista: Memória. 2013. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dr7jJoqxFfU>. Acesso: 05 de julho de 2015.



reencontro com as companheiras, com a cidade onde participaram da militância e com a prisão onde se conheceram e tiveram experiências ímpares de afetividade, encontros, mas também de violência, repressão, aprisionamento.

Pensar a construção da memória provoca um amplo debate pelas possibilidades que a mesma traz para a discussão, dentre elas o lembrar e o esquecer. No tocante ao lembrar, Rosa (2013, p.97) a partir da discussão de Halbwachs sobre memória coletiva, afirma que “[...] lembrar não é reviver. Lembrar é repensar e mesmo reconstruir com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado.” Desta forma, pensamos na memória não como estática, fixa e sim como algo em constante construção. A memória estaria assim em constante movimento entre o passado e o presente.

Nos relatos de memória feitos por estas mulheres é possível perceber a construção do que Halbwachs (2009) chama de memória coletiva, onde esta:

“[...] tira suas forças e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um

ponto de vista sobre a memória coletiva.” (HALBWACHS, 2009, p.69)

Percebemos a aplicação de tal conceito nas entrevistas dadas para a produção do documentário supracitado, uma vez que os depoimentos se entrelaçam, pois ao falarem sobre si, também estão falando das outras que compartilharam das vivências e que assim passaram a fazer parte da vida umas das outras. Isto não quer dizer que todas expressem, lembrem e sintam as mesmas coisas quanto ao período que estiveram presas.

Quando analisamos a vivência destas mulheres no Bom Pastor, onde as resistências são expressas em suas falas ao (re)pensarem suas trajetórias de vida, antes e durante o período do ditadura civil-militar e sobretudo, o que vieram a tornar-se após o enfrentamento de tantos percalços, em prol das causas que levantavam. As trajetórias destas mulheres estão dotadas de experiências que “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (LARROSA, 2002.p.). Não cada um deste separadamente, por que diariamente coisas nos passam, mas não nos acontecem e nem nos tocam. A experiência requer:

[...] parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para



sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (LARROSA, 2002, p.24)

Nesse fazer a experiência<sup>8</sup>, como chama Heidegger *apud* Larrosa (2002), o cultivar a arte do encontro se faz presente enquanto fortalecimento para esta passagem que as tocam. O resistir, não o resistir de trancar-se dentro de si, de não deixar se afetar, de não se expor, mas o resistir de criar como afirma Deleuze (2004) criar formas de existir e sobreviver em meio a tantas dores, físicas e psicológicas. Segundo Larrosa (2002), a experiência está sempre dada em relação com a passagem/travessia e o perigo, passar, transpassar, fazer a travessia desse perigo na ditadura civil-militar brasileira, podia significar apenas a escolha do curso universitário, a caminhada em grupo, a ideologia partidária, a produção de uma música, de uma charge e/ou a exposição de ideologias.

A trajetória destas mulheres, militantes, presas políticas, subversivas, são compostas por experimentações,

---

<sup>8</sup> Fazer a experiência, significa “deixar-nos abordar em nos próprios pelo que nos interpela, entrando e nos submetendo-nos a isso.” (Heidegger *apud* Larrosa, 2002).

exposições, devir com o mundo, construções de identidades múltiplas, sempre em movimentos. Trajetórias singulares, individuais e coletivas, com pontos de cruzamentos e intercruzamentos, produtoras de significados, de resistência, criando novas formas de viver e existir nos espaços de clausura.

### **Tecendo considerações**

Diante do que foi exposto nas páginas acima, resta reiterar as diversas possibilidades de se trabalhar com as múltiplas facetas da memória, seja esta configurada enquanto memória coletiva ou individual, perpassando pelas dificuldades dos relatos sobre memórias traumáticas, onde o silêncio muitas vezes parece ser a cura para os tempos sombrios, porém há o compromisso com os que não sobreviveram à época.

A memória então ganha novos sentidos sociais, de rememoração, de “reparação”, de compromisso com a não repetição das atrocidades cometidas. A nós, historiadoras e historiadores, a memória nos traz reflexões acerca do tempo, as imbricações entre passado e presente. E a dimensão da linguagem nesse processo testemunho, onde não apenas as palavras são levadas em consideração, mas cada



pausa, cada expressão e/ou movimento.

O lembrar é um compromisso com a época vivida, com as companheiras e companheiros que lá ficaram, com as futuras gerações. Porém o esquecer, pelo menos o esquecer cotidiano, é necessário para continuar vivendo, experienciando outros tempos, outras histórias. Para finalizar, observo na arte de narrar, nas “aventuras do contar-se”,<sup>9</sup> mais uma forma de criar, de resistir, como disse a Flávia Schilling<sup>10</sup> “lembrar é uma das formas contemporâneas de resistir.”

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, Memória e esquecimento: implicações políticas. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 79, dezembro 2007: 95-111.

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Marcas da Memória: Um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto\\_Marcas\\_da\\_Memria\\_-\\_TEXTO.pdf](http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto_Marcas_da_Memria_-_TEXTO.pdf). Acesso: 02/02/2014.

DELEUZE, Gilles et al. L'Abécédaire [O Abecedário]. Paris: Éditions Montparnasse, 2004.

<sup>9</sup> Referência ao livro de Margareth Rago. RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Unicamp, 2013

<sup>10</sup> Flávia Schilling, mulher, militante, presa e torturada no período de ditadura civil-militar. Na apresentação escrita para a terceira parte do livro: ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo, Intermeios, Fapesp, 2013.

GAGNEBIN. Jeanne Marie. Entrevista: Memória. 2013. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dr7jJJoqxFfU>. Acesso: 05 de julho de 2015.

HALBWASHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

LARROSA, Jorge. Nota sobre a experiência e o saber da experiência. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, nº 19, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de historia oral. Loiola. ed 5ª. São Paulo. 2005.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo, Intermeios, Fapesp, 2013.

WEIRINCH, Harald. **Lete: Arte e Crítica do Esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.